



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

EMENDA nº

Data 07/12/05	Proposição PL 6.272/2005
------------------	-----------------------------

Autor Deputado Jovair Arantes – Vice Líder do PTB	Nº do prontuário
--	------------------

1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	5. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	-----------------	--	------------------------

TEXTO

Altere-se, no art. 9º deste projeto de lei, na redação que dá ao art. 3º, da Lei nº 10.593, de 2002, a expressão “tabela de vencimentos” pelo vocábulo “carreira”.

Justificativa

Esta emenda visa a adequar o texto legal aos entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre carreiras. No texto original do PL, há a possibilidade de concursos públicos para ingresso em cargo intermediário da Carreira de Auditoria da Secretaria da Receita Federal do Brasil, uma vez que ali está disposto que “*o ingresso nos cargos das carreiras disciplinadas nesta Lei far-se-á no primeiro padrão da classe inicial da respectiva tabela de vencimentos*”. Isso desvirtua a noção de carreira estabelecida pelo STF.

Em uma carreira verdadeira, de acordo com o STF, o ingresso por concurso público só se faz na classe inicial. Em outras palavras, não há possibilidades de concursos públicos para cargos intermediários de carreira.

É o que diz expressamente, em termos muito claros, o eminente Ministro Octávio Gallotti, em seu voto na ADI 231:

“... ”

Uma carreira, no serviço público, pode ter cargos de atribuições diferentes, geralmente mais complexas, à medida que se aproximam as classes finais.

Nada impede, também, que a partir de certa classe da carreira, seja exigido, do candidato à promoção, um nível mais alto de escolaridade, um concurso interno, um novo título

profissional, um treinamento especial ou o aproveitamento em algum curso, como acontece, por exemplo, com a carreira de diplomata.

*O que **não se compadece com a noção de carreira** - bem o esclareceu o eminente Relator, - é a **possibilidade de ingresso direto num cargo intermediário**.*

Se há uma série auxiliar de classes e outra principal, sempre que exista a possibilidade do ingresso direto na principal não se pode considerar que se configure uma só carreira."

De suas palavras, resulta a noção bastante evidente de que a existência de concursos públicos para cargos intermediários desvirtua a correta estruturação de uma carreira. Somente são consideradas carreiras verdadeiras aquelas cujos integrantes ingressam na classe inicial, através de um único concurso público, e têm a perspectiva de alcançar o topo da estrutura.

A Carreira de Auditoria da Secretaria da Receita Federal do Brasil apresenta, então, um paradoxo, uma "crise de identidade": trata-se de uma carreira formal que possibilita ingresso direto num cargo intermediário. Por isso mesmo, nessa configuração incorreta de carreira, a passagem do cargo de Analista-Técnico para o cargo de Auditor-Fiscal pode ser considerada "ascensão funcional".

Ora, o paradoxo reside justamente no fato de não existirem, pelo menos separada e formalmente, as carreiras de Analista-Técnico e de Auditor-Fiscal. E "ascensão funcional" pressupõe necessariamente a existência de carreiras distintas. Não há ascensão funcional no âmbito de uma mesma carreira. Em uma mesma carreira, deve haver **promoções** entre os cargos que a integram.

Optou-se por manter a mesma estrutura de cargos, formada desde a criação da Carreira de Auditoria (então, do Tesouro Nacional), em 1985. Desde a origem, ambos os cargos sempre estiveram inseridos no mesmo grupo ocupacional (originalmente TAF – Tributação, Arrecadação e Fiscalização). Suas atribuições sempre guardaram similaridades. Tudo leva a crer que o desejo da Administração era mesmo manter a unidade (pelo menos formal) da Carreira de Auditoria da SRFB, não obstante o equívoco no modelo adotado.

No caso em questão, há similaridades suficientes para que esses cargos sejam unificados, em moldes similares aos que foram objeto das ADIs 1.591-5 (RS – unificação do fisco gaúcho), 2.713-1 (DF - AGU), e 2.335-7 (SC – unificação do fisco catarinense), todas essas unificações julgadas válidas pelo STF.

O ingresso na Carreira de Auditoria da Secretaria da Receita Federal do Brasil deve sempre ocorrer somente na sua classe inicial, que corresponde à classe inicial do cargo de Analista-Técnico da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Em uma configuração correta de carreira, não pode haver concursos públicos para cargo intermediário (no caso, para Auditor-Fiscal da SRFB), uma vez que os cargos que a integram são de mesma natureza e compõem uma única carreira formal.

PARLAMENTAR

Brasília – DF

--